



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2021/TCMPA, de 20 de janeiro de 2021.

EMENTA: *Dispõe acerca das diretrizes do Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), no exercício de 2021, em virtude do quadro de caos no atendimento à população, evidenciado no Estado do Amazonas (jan/2021), em consonância com a Recomendação nº 1/2021, do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas - CNPTC, de 18/01/2021.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e dos artigos 3º e 4º, do Regimento Interno (Ato nº 23/2020), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO o cenário de crise na saúde pública mundial e brasileira, iniciada em 2020, em virtude da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), a qual se viu agravar nos últimos 03 (três) meses, em todo o país, com aumento do número de contaminações e, conseqüentemente, do número de óbitos, perfazendo uma média atual de 54.048 mil novos casos por dia, com uma alta de 37% (trinta e sete por cento) na média de mortes e uma média atual, conforme contagem divulgada pelos canais de imprensa nacional, a qual perfaz, em números absolutos, uma média de 964 (novecentas e sessenta e quatro) óbitos por dia.

CONSIDERANDO que, de acordo com dados divulgados pelo consórcio nacional dos veículos de imprensa, levantados pelo CNPTC, em 18/01/2021, o Brasil alcança a triste marca de mais de 208 mil óbitos e um total superior a 8,3 milhões de pessoas diagnosticadas.

CONSIDERANDO o noticiado colapso no sistema de saúde do Estado do Amazonas, atinente à ausência de estoques e disponibilidade de fornecimento de oxigênio, pelas redes públicas de saúde, em suas instâncias federal, estadual e municipais, amplificando, ainda mais, os danosos efeitos da crise na saúde daquele Estado.

CONSIDERANDO o dever que se impõe a toda a rede de controle externo dos Poderes Públicos, na busca de medidas que venham a concorrer para o melhor enfrentamento da pandemia, sejam através de medidas pedagógicas, normativas e, ainda, de monitoramento das ações de atuação dos entes federativos, em tudo observado o melhor interesse público.

CONSIDERANDO, neste sentido, as recomendações expedidas pelo Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas – CNPTC, fixadas junto à Recomendação nº 1, de 18 de janeiro de 2021, notadamente quanto à recomendação de ações de monitoramento que assegurem a realização de levantamentos destinados a evitar a repetição dos fatos ocorridos no Estado do Amazonas.



CONSIDERANDO, ainda, a urgência no levantamento de dados e informações que assegurem ao TCMPE a tabulação de dados que sirvam à orientação dos demais entes federativos envolvidos no enfrentamento da pandemia do COVID-19 e, por conseguinte, a fixação de orientação aos entes municipais jurisdicionados, para adoção de medidas de mitigação e superação de situação de risco eminente;

CONSIDERANDO, por fim, o poder normativo conferido ao TCMPE, nos termos do art. 2º, inciso II, da LC nº 109/2016, para expedir atos e instruções acerca de matérias de sua competência e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do TCMPE, o Plano de Monitoramento das Ações Públicas da Saúde Municipal no Estado do Pará, para levantamento de informações e de medidas adotadas pelos entes jurisdicionados, destinados ao enfrentamento da pandemia do “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19), para o exercício de 2021.

Art. 2º. A ação de controle externo do TCMPE, prevista no art. 1º, em sua primeira etapa de execução, terá como foco o levantamento de informações, a partir de dados declarados pela origem, com pertinência à situação da rede de atendimento municipal da saúde, vocacionado para o tratamento da COVID-19 e, ainda, dos estoques de oxigênio indispensáveis para o atendimento da população, nos termos da Recomendação nº 1/2021/CNPTC.

Parágrafo único. As demais etapas do Plano de Monitoramento, instituído nos termos desta Instrução Normativa, serão aprovados e publicizados por intermédio de atos normativos próprios.

Art. 3º. As informações exigíveis dos entes jurisdicionados serão prestadas nos termos do questionário constante do **ANEXO ÚNICO**, desta Instrução Normativa, cuja responsabilidade pela fidelidade e veracidade das informações prestadas recaem, ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Os Prefeitos Municipais serão notificados quanto às informações estabelecidas no questionário disposto no **ANEXO ÚNICO** desta Instrução Normativa, exclusivamente, por publicação una junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPE, para no prazo máximo de até 72h (setenta e duas horas) se manifestarem no link indicado na comunicação.

§1º. Ao final do preenchimento do questionário disposto no caput deste artigo, os Prefeitos Municipais deverão realizar o download do arquivo para encaminhamento, por intermédio de ofício dirigido ao TCMPE, via e-mail (protocolo@tcm.pa.gov.br), devidamente assinados, digitalmente, pela autoridade, no mesmo prazo fixado no caput, deste artigo.

§2º. A publicização do questionário constante do **ANEXO ÚNICO** desta Instrução Normativa, por intermédio do Diário Oficial Eletrônico do TCMPE, já assegura aos Prefeitos Municipais a oportunidade de deflagração dos procedimentos administrativos internos, destinados ao levantamento das informações necessárias ao atendimento da determinação do TCMPE.



Art. 5º. Os dados recebidos serão submetidos à Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, para fins de tabulação e emissão de relatórios, disponibilizados, preliminarmente ao Colegiado do TCM PA, objetivando, ato contínuo, a sua publicização e compartilhamento com as Câmaras Municipais, Conselhos Municipais de Saúde, Governo Federal (Ministério da Saúde), Governo do Estado do Pará (Secretaria Estadual de Saúde), Ministério Público Estadual e Federal.

Parágrafo único. Para fins de estudo e avaliação em âmbito nacional, os dados coletados poderão ser disponibilizados ao CNPTC, ATRICON e ABRACON.

Art. 6º. O encaminhamento das informações, na forma e prazo estabelecidos nesta Instrução Normativa e junto ao respectivo Edital de Notificação, é obrigatório a todos os Prefeitos Municipais, com supedâneo do dever legal de prestação de informações ao exercício do controle externo do TCM PA, sob pena de sanções pecuniárias e demais repercussões junto às prestações de contas do exercício de 2021, na forma da Lei Complementar nº 109/2016 e do Regimento Interno (Ato nº 23).

Art. 7º. A omissão no dever legal de prestar informações, destacadamente as detalhadas nesta Instrução Normativa, importará no enquadramento do ordenador responsável, junto às penalidades fixadas com base no art. 72, incisos IV, V e VII, da LC nº 109/2016 c/c art. 698, inciso II, alíneas “a” e “b”, c/c 698, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno do TCM PA.

Art. 8º. Além das sanções de ordem pecuniária, apurada a omissão da prestação de informações, as situações irregulares serão consideradas para fins de repercussão junto às respectivas prestações de contas, vinculadas ao exercício de 2021.

Art. 9º. A prestações de informações falsas, com inconsistências de dados ou, ainda, com outras irregularidades, que venham a ser detectadas após análise dos achados de auditoria, com cruzamento de outros bancos de dados disponíveis, serão comunicadas ao Ministério Público do Estado do Pará, para adoção de providências de alçada, independentemente de outras apurações e repercussões no âmbito das competências próprias deste TCM PA.

Art. 10. Os Prefeitos Municipais, os Secretários Municipais de Saúde e, ainda, os respectivos responsáveis pelos Controles Internos, serão notificados quanto aos eventuais achados de auditoria e/ou recomendações consignadas TCM PA, fixando-se prazo de até 05 (cinco) dias para apresentação de informações quanto às providências adotadas, com vistas a normalização das ações esperadas dos Executivo Municipal.

Art. 11. As manifestações encaminhadas ao TCM PA, nos termos do art. 10, serão recepcionadas pela Coordenação de Fiscalização Especializada em Saúde e Educação, em conjunto com a Coordenação de Monitoramento e Avaliação de Resultados, com o objetivo de consolidação de relatórios de monitoramento, seguindo-se, ato contínuo, à Presidência e aos respectivos Conselheiros-Relatores, para fins de análise e adoção de demais providências de alçada.



Art. 12. Por intermédio da publicação da presente Instrução Normativa, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, ficam cientificados todos os ordenadores de despesa e respectivos responsáveis pelos Controles Internos dos Poderes Públicos Municipais, das obrigações, formas, prazos para prestação de informações ao TCMPA, bem como das sanções decorrentes de sua inobservância.

Art. 13. O encaminhamento digital/eletrônico das informações detalhadas nesta Instrução Normativa não desobriga a unidade jurisdicionada de manter devidamente arquivados, em sua sede, as informações, documentos e comprovantes relativos aos seus atos e que subsidiem a veracidade das informações declaradas, podendo o Conselheiro-Relator, a seu critério ou mediante provocação, requerer documentos complementares, para subsidiar a análise pelo órgão técnico.

Art. 14. O envio de dados, nos termos desta Instrução Normativa, não restringe a competência do Tribunal para examinar, por meio de outras espécies de fiscalização, a legalidade e a veracidade dos documentos e informações relativas às ações vinculadas ao atendimento da saúde pública municipal.

Art. 15. O TCMPA poderá divulgar relatórios contendo dados e documentos, enviados nos termos desta Instrução Normativa, que tenham relevância pública e que não estejam legalmente protegidos por sigilo.

Art. 16. A Diretoria de Planejamento, Assessoramento, Monitoramento, Fiscalização e Controle Externo – DIPLAMFCE, com o auxílio da Diretoria de Tecnologia da Informação, deverá adotar todas as providências necessárias ao desenvolvimento das atividades fixadas nesta Instrução Normativa, objetivando a concomitância executiva, junto aos Poderes Públicos Municipais.

Art. 17. Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 20 de janeiro de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ

Conselheira/Presidente/TCMPA

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES

Conselheiro/Vice-Presidente/TCMPA

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheiro/Corregedor/TCMPA

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro/Ouvidor/TCMPA

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/TCMPA

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

Conselheiro/TCMPA

SÉRGIO FRANCO DANTAS

Conselheiro Substituto/TCMPA



ANEXO ÚNICO (Instrução Normativa Nº 01/2021/TCMPA)

QUESTIONÁRIO – COVID-19 – IN Nº 01/2021/TCMPA

BLOCO I

O estoque atual de oxigênio é suficiente para atender a uma demanda urgente, se ocorrer algo semelhante ao Estado do Amazonas?

☐ SIM

☐ NÃO

Qual a média de oxigênio utilizada nos últimos 3 (três) meses na rede municipal de saúde?

Qual o estoque de oxigênio disponível para utilização na rede municipal de saúde?

O estoque disponível de oxigênio é suficiente para quantos dias, considerando atual situação de pandemia?

☐ 0 a 7

☐ 8 a 15

☐ 16 a 30

☐ mais de 30

BLOCO II

Qual o número de unidades que compreendem a rede municipal ativa para atendimento a pacientes com COVID-19:

Unidade Básica de Saúde – UBS _____

Unidade de Pronto Atendimento – UPA _____

Pronto Socorro Municipal _____

Hospital Municipal _____

Qual o número total de profissionais em atendimento direto aos pacientes com COVID-19?

Médicos _____

Enfermeiros _____

Técnicos de Enfermagem _____



BLOCO III

Quais diligências estão sendo tomadas para evitar que aconteçam problemas semelhantes aos enfrentados no Amazonas?

- ☐ Aumento número de profissionais de saúde destinados ao atendimento da COVID-19
- ☐ Aumento do estoque de insumos hospitalares/ambulatorial
- ☐ Abertura de novos leitos dedicados aos pacientes com COVID-19
- ☐ Aumento do estoque de oxigênio
- ☐ Adoção de medidas de restrição de circulação, aglomeração e distanciamento
- ☐ Outros

BLOCO IV

Quanto à contratação de oxigênio pelo Município:

Indique o(s) números do(s) contrato(s) vigente(s) _____

Período de Vigência(s) _____

Saldo(s) Financeiro(s) remanescente(s) _____

Empresa(s) contratada(s) _____

BLOCO V

Considerando que o Governo Federal já estabeleceu o cronograma de imunização, questiona-se:

O município possui Plano Municipal de Vacinação para imunização da COVID-19, com cronograma estabelecido por fases?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

O Município possui quantidade suficiente de seringas conforme Plano Municipal de Vacinação?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

BLOCO VI

O município institui formalmente um grupo técnico, comitê ou comissão vocacionado para o gerenciamento das ações públicas destinadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19? Em caso positivo, informar o número do ato.

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

10.1 Em caso positivo, informar o número do ato: _____